

Depois do muro: crise de hegemonia e multipolaridade no sistema internacional pós-Guerra Fria

André Luiz Reis da Silva*

Resumo

Este artigo analisa as consequências do fim da Guerra Fria no sistema internacional, que tem como marcos a queda do muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991). Procura, assim, refletir sobre a situação do sistema internacional pós-Guerra Fria, partindo da discussão sobre a neo-hegemonia e a multipolaridade. Visa, com isso, construir um suporte analítico para a compreensão desse processo. Para tanto discorre sobre as transformações internacionais ocorridas com o fim da Guerra Fria, o debate sobre o declínio dos Estados Unidos e a emergência de outros polos de poder político e econômico.

Palavras-chave: Pós-Guerra Fria. Multipolaridade. Sistema internacional.

Introdução

O sistema internacional pós-Guerra Fria que se seguiu após o fim da União Soviética e o fim dos regimes comunistas do Leste Europeu tem se constituído por um período de transição, no qual a antiga ordem mundial bipolar vem sendo substituída por uma nova ordem, de contornos ainda não plenamente definidos. Observa-se, por um lado, a emergência de diversos atores (estatais e não estatais) no sistema internacional disputando espaço político e econômico; por outro, os Estados Unidos buscam a ampliação de seu poder internacional. Nesse sentido, o sistema internacional nos últimos anos é marcado por uma disputa entre a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos e a luta pela construção de um mundo multipolar, onde

* Doutor em Ciência Política e mestre em História (UFRGS). Professor Adjunto de Relações Internacionais do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS. E-mail: reisdasilva@hotmail.com

o poder seria partilhado pelas potências dos outros continentes.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as consequências da chamada “crise do comunismo” e a situação do sistema internacional pós-Guerra Fria, partindo da discussão sobre a neo-hegemonia e a multipolaridade. Visa, com isso, construir um suporte analítico para a compreensão desse processo. Para tanto discorrerá sobre as transformações internacionais ocorridas com o fim da União Soviética e o fim da Guerra Fria, a posição dos Estados Unidos nesse processo e a emergência de outros polos de poder político e econômico. Não se pretende, neste trabalho, fazer uma exaustiva análise do sistema internacional vigente na década de 1990, mas, sobretudo, elencar os principais elementos constitutivos deste período de transição.

A queda do muro, o fim da Guerra Fria e a nova agenda internacional

Quando assumiu o poder na União Soviética, em 1985, Mikhail Gorbachov lançou, juntamente com a *Perestroika* (abertura) e a *Glasnost* (transparência), uma política de abertura e de relações com o Ocidente, em especial com os Estados Unidos e com a Europa. Paralelamente, passou a estimular reformas semelhantes nos países do Leste Europeu. Essa era a resposta que Gorbachov dava à ofensiva norte-americana da Segunda Guerra Fria, que havia iniciado no governo Reagan. Enquanto os Estados Unidos procuravam

implantar seu projeto de defesa conhecido como “Guerra nas Estrelas”, a URSS iniciava uma ofensiva diplomática em defesa da paz e do desarmamento, procurando evitar o que era uma grande preocupação na época, uma nova guerra, possivelmente nuclear. A diplomacia da *Perestroika* buscava também tecnologia e investimentos do Ocidente, de forma a impulsionar o desenvolvimento econômico da URSS, superando a estagnação.¹

De fato, se no plano interno a *Perestroika* ainda se desenvolvia de forma vacilante, no plano externo Gorbachov lograva obter a simpatia mundial para com o país e, já em 1986, iniciaram-se negociações com Washington para a redução e controle de armamentos e cooperação comercial e financeira. Essa manifestação de boa vontade para com o Ocidente teve como contrapartida o recuo do apoio soviético aos jovens países socialistas, aos regimes revolucionários e um distanciamento do Terceiro Mundo. Os soviéticos retiraram-se do Afeganistão, incentivaram a retirada dos cubanos de Angola e cortaram a assistência técnica, econômica e militar dos antigos aliados.

A nova relação com os países do Leste Europeu provocou a derrubada dos líderes comunistas, a abertura de fronteiras, a participação no poder de líderes não comunistas e a transição para economias de mercado. Embora a transição polonesa pareça uma série de acontecimentos internos, em agosto de 1989 Gorbachov interveio para que os líderes do Partido Comunista participassem do governo do Solidariedade. Em setembro, os soviéticos não fizeram

oposição à abertura das fronteiras húngaras para o Ocidente. No começo de outubro do mesmo ano, Gorbachov visitou Berlim e declarou que “quem chegava tarde era punido pela vida”, dando claro sinal para a queda do governo de Erich Honecker. Em novembro, os soviéticos colaboraram para a remoção de Jivkov da direção do partido na Bulgária e incentivaram a formação de um gabinete reformista. Com relação à Thecoslováquia, os soviéticos indicaram que repudiariam uma invasão como a de 1968, numa indicação de que não tolerariam a força para reprimir as reformas.² Nesse contexto, um dos grandes símbolos da Guerra Fria, o muro de Berlim, caiu no dia 9 de novembro de 1989, causando grande expectativa sobre os rumos do comunismo e do socialismo.

Em 1991, com o desmembramento da URSS surgiram 15 novos países, que procuraram manter suas fronteiras e se fortalecer em relação ao antigo poder central. Paralelamente ao seu apoio à desintegração da URSS, o presidente da Rússia Bóris Yeltsin articulou a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que reúne doze ex-repúblicas soviéticas (não foram incorporadas Lituânia, Letônia e Estônia), mas que ainda carece de consistência material e política.

Embora a Rússia tenha herdado o patrimônio internacional da URSS (*status* de potência nuclear, assento no Conselho de Segurança, etc.), as transformações da *Perestróika* provocaram drástica redução de sua presença no cenário internacional. As dissoluções do Come e do Pacto de Varsóvia representaram a perda de influência

no Leste Europeu, que rapidamente foi se aproximando do Ocidente. Sob protestos da Rússia, em 1997 iniciou-se o processo de inclusão da Hungria, da Polônia e da República Checa à Otan, concluído em 1999.

A diplomacia de pró-ocidental de Gorbachov resumia-se no conceito de Casa Comum Europeia, que consistia em incorporar a Rússia nas estruturas ocidentais, em especial na União Europeia. Em 1992, o volume de comércio da Rússia com os países do Terceiro Mundo declinou para um quarto em relação à década anterior. Os primeiros anos do governo Yeltsin amargaram o reflexo do recuo internacional da política externa russa, associado ao declínio de sua economia.

Assim, o sistema internacional dos anos 1990 foi marcado essencialmente pelo fim da Guerra Fria, com o fim dos regimes socialistas no Leste Europeu, a queda do muro de Berlim (1989) e a desestruturação da União Soviética (1991), bem como a formação de blocos econômicos, maior internacionalização do capital (centralização e concentração internacional de capital) e acirramento do processo de globalização. Nesse sentido, profundas modificações marcaram o cenário internacional no final desde a década de 1980, configurando o que alguns analistas denominaram de “nova ordem mundial”.

O processo de globalização e formação de blocos supranacionais está intimamente ligado às transformações econômico-tecnológicas ora em curso no sistema mundial e que remontam às mudanças no sistema mundial ocorridas na década

de 1970. Constitui uma resposta a essas transformações e, ao mesmo tempo, uma nova estratégia para a reestruturação capitalista em nível mundial. De fato, desde o final da década de 1960 o mundo assiste, a partir da matriz das sociedades de economia desenvolvida, a uma crise profunda e generalizada do modelo de acumulação até então vigente. Essa crise se materializa no desemprego estrutural crescente, na rearticulação da divisão internacional do trabalho, na crise do modelo de sociedade de bem-estar, do Estado keinesiano como propulsor da economia e na remodelação de técnicas de organização do trabalho. Assim, o processo histórico conhecido como “globalização” – que serve para designar a formação de um sistema mundial de produção e circulação – atingiu grande velocidade nas últimas décadas deste século, impulsionado pelas transformações estruturais da economia e pela necessidade de se atingirem novas fronteiras de rentabilidade.³

Nesse contexto estão inseridos também os processos de integração regional. O interesse desses processos pode ser tanto econômico-comercial quanto político, mas converge no objetivo de incrementar o comércio, os investimentos e o desenvolvimento de determinada região. O instrumento central de integração é a diminuição ou eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias. Não obstante, existem várias modalidades de integração, que também podem ser entendidas como estágios, com diferentes níveis de profundidade.

Os fenômenos globalização e regionalização, embora seguindo caminhos

próprios, convergem para uma crescente abertura de mercados e maior mobilidade para o capital. Embora tenham um aspecto defensivo, os blocos regionais não têm impedido a ampliação do comércio inter-regional ou global. Os dois fenômenos coexistem. Nesse sentido, Luciano Martins lembra dois tipos de tensões fundamentais relacionados com o fenômeno globalização/regionalização: a primeira tensão refere-se à tendência de limitação dos atributos nacionais de soberania do Estado-nação; a segunda baseia-se nos conflitos de interesses entre os Estados e que agora também ocorrem no âmbito regional, ou seja, formou-se de um novo espaço de disputas interestatais – o bloco econômico.⁴

O debate sobre a crise de hegemonia dos EUA

Desde o fim da Guerra Fria, diversas previsões e análises têm procurado interpretar a nova conformação do sistema internacional. Entre essas abordagens apresentaram-se desde as mais otimistas – como a do fim da história, que advoga a vitória do paradigma liberal (Francis Fukuyama) e a de “um mundo sem fronteiras” – até as de polo oposto, vislumbrando, num curto espaço de tempo, o declínio da hegemonia norte-americana (Paul Kennedy), ou um choque entre civilizações, para o qual o Ocidente deveria se preparar (Samuel Huntington). A questão central nessas discussões consiste em interpretar se a ordem internacional estaria se tornando unipolar, mantendo, provavelmente, uma hegemonia norte-americana, ou estaria se

configurando uma ordem multipolar, baseada em Estados ou unidades supranacionais.

Em síntese, esse debate ressalta que as transformações do sistema internacional tendem a conduzi-lo a uma alternativa básica: a consolidação da hegemonia americana, gerando um longo período de *pax americana*, ou ao contrário, a formação de um novo sistema multipolar, em que os Estados Unidos teriam papel relevante, mas que tenderiam também a ser relevantes países ou sistemas como China, Rússia, União Europeia, entre outros, provavelmente agregados em arranjos regionais.

O termo “nova ordem internacional”, antes uma bandeira de luta dos países do Terceiro Mundo nas décadas de 1970 e 1980 (que defendiam uma nova ordem internacional mais “justa”), foi aplicado para explicar a sequência de rápidas transformações ocorridas no cenário mundial no início da década de 1990. Aparecia como um novo mundo que se construía a partir da derrocada do socialismo no Leste Europeu, com uma economia de mercado triunfante, tomando como pressuposto ideológico o neoliberalismo. Mas o mundo não estava a salvo das “forças desagregadoras”, que se multiplicavam, descongelando conflitos latentes, dando mais um caráter de “desordem” do que de ordem internacional. Conforme Hobsbawm,

o fim da guerra fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e o colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A

ideia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma “nova ordem” baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista. Não poderia haver retorno ao mundo de antes da Guerra Fria.⁵

Segundo Fred Halliday, a aparente generosidade com que no Ocidente se proclamava o fim do antagonismo entre os dois blocos políticos ocultava uma atitude triunfalista, reveladora de um certa continuidade do conflito, pois a Guerra Fria continuava, mesmo com o colapso de um de seus protagonistas. Conforme o autor, “para falar na linguagem do ‘velho pensamento’, o que agora estamos presenciando é uma luta de classes em escala internacional, na qual as forças superiores do capitalismo ocidental abriram sociedades parcialmente fechadas à sua influência por quatro ou mais décadas”.⁶

Fred Halliday também afirma que o fim da Guerra Fria foi um fenômeno composto, envolvendo várias tendências históricas amplas, que demorariam um longo tempo para mostrar seus efeitos. A questão central seria perceber se o fim da confrontação ideológica soviético-americana marcara realmente o fim da rivalidade entre os grandes poderes e se um novo padrão de blocos interestatais ou de hegemonia emergiria para substituir o antigo modelo.⁷ Para responder a essa problemática, o autor afirma que surgiram três abordagens: uma foi o pessimismo da direita, que percebia a quebra da ordem da Guerra Fria como um retorno ao mundo anterior ao de 1914, levando a um maior conflito interestatal, proliferação nuclear

e ao hipernacionalismo; a segunda foi do pessimismo de esquerda, a qual afirmava que estávamos em uma nova época do imperialismo e que os EUA e seus aliados iriam utilizar as novas oportunidades para dominar o mundo; a terceira abordagem foi a otimista, acreditando que estava se abrindo uma nova era de paz, democracia e prosperidade para todos.⁸

Uma das primeiras e mais instigantes teses declinistas do poder americano foi a defendida por Paul Kennedy, já no final da década de 1980. De acordo com este autor, embora os EUA ocupassem uma posição especial de poder político e econômico, teriam de enfrentar as duas questões centrais para manter a longevidade de uma potência: a capacidade de preservar, no setor estratégico militar, um razoável equilíbrio entre as necessidades defensivas do país e os meios de que dispõe para atender a elas e a capacidade de preservar as bases tecnológicas e econômicas de seu poder contra a erosão. Conforme o autor:

Os Estados Unidos correm o risco, tão conhecido dos historiadores da ascensão e queda das grandes potências, do que se poderia chamar de “excessiva extensão imperial”. [...] os responsáveis pelas decisões em Washington tem de enfrentar a dura e permanente realidade de que a soma total dos interesses e obrigações mundiais dos Estados Unidos é hoje muito superior ao poder que eles têm de defender simultaneamente esses interesses e obrigações.⁹

Entretanto, a queda brutal do comunismo, de acordo com Emmanuel Todd, gerou a ilusão de um fortalecimento absoluto dos Estados Unidos. Para a amplia-

ção da hegemonia norte-americana seria necessário controlar os aliados europeus e japoneses e abater, definitivamente, o poder estratégico russo, deixando os EUA como os únicos capazes de atacar unilateralmente qualquer país do mundo sem o risco de represálias. Contudo, os EUA não conseguiram controlar as verdadeiras potências de sua época, já que seus antigos aliados constituem, no período pós-Guerra Fria, polos reais de força econômica e a Rússia mantém sua ascensão sobre parte do território euro-asiático. Assim, com a incapacidade de controlar as verdadeiras potências de sua época, os EUA têm encajado um império, por meio da ação diplomática e militar que exercem no universo das não potências (como Sérvia e Iraque). Esse militarismo demonstrativo acabou por preocupar e gerar uma aproximação entre Europa, Japão e Rússia. Para Emmanuel Todd,

o estranho ativismo dos Estados Unidos no mundo muçulmano está constantemente impelindo as três potências do Norte para o caminho de uma aproximação de longo prazo [...]. O mundo que está sendo criado não será um império, controlado por uma única potência. Será um sistema complexo, no qual se haverá de equilibrar um conjunto de nações ou meta-nações, de escalas equivalentes, ainda que não propriamente iguais.¹⁰

Mas há críticos da tese do declínio norte-americano, como Joseph Nye, que defende que os EUA mantêm, além do *hard power* (poder bruto: poder econômico e militar), um *soft power* (poder brando: valores, tecnologia, instituições, ideologia). A articulação desses dois poderes confere

aos Estados Unidos uma posição especial: de proeminência no sistema internacional. Para o autor, a universalidade da cultura de um país e sua capacidade de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis em diversos setores da atividade internacional são fontes decisivas deste poder. Os valores da democracia, da liberdade pessoal, da mobilidade social e da abertura, a instrução superior e a política externa contribuiriam para o poder americano em diversas áreas e ultrapassariam as fronteiras econômicas e militares norte-americanas. Dessa forma, para o autor: “No século XXI, o poder repousará numa combinação de recursos brutos e brandos. E, nas três dimensões – a militar, a econômica e a do poder brando –, nenhum país é mais dotado do que os Estados Unidos”.¹¹

Nesse contexto, Joseph Nye afirma que no início da década de 1990 os EUA tinham um poder global insuperável. Da guerra do Golfo (1991) ao bombardeio da Sérvia (1999), os EUA afirmaram sua supremacia militar, além de expandir seu alcance econômico. Entretanto, a supremacia militar conferiu-lhes uma relativa arrogância da política externa, que ficou consternada com os ataques de 11 de setembro de 2001, mostrando a vulnerabilidade da segurança norte-americana. O ataque terrorista foi um sintoma de mudanças profundas que vinham se operando no mundo, mostrando, inclusive, o fortalecimento de grupos e da política extraestatal. Mostrou também o unilateralismo e um certo isolamento dos EUA, provocado pela sensação de excesso de poder. A partir de então, para o autor, o governo dos EUA de-

veria investir não somente na sua proeminência militar e econômica, mas participar ativamente da política internacional, maximizando também os recursos do poder brando.¹²

Cristina Pecequilo aponta para a mesma proeminência dos EUA, afirmando que, além de não abandonarem o tema do engajamento, os EUA continuam investindo na manutenção de sua liderança internacional. As suas prioridades são elaboradas segundo a percepção de que o país deve preservar sua posição avançada como ator mais importante do cenário, para proteger e maximizar sua segurança e a integridade de seu território e de sua sociedade. Conforme a autora:

Depois de seu declínio relativo, os Estados Unidos recuperaram o vigor e a intensidade de sua liderança, finalizando a etapa inicial de reordenamento de poder iniciada em 1989, havendo a reafirmação de sua hegemonia. Agora, ninguém mais duvida que o século XXI será norte-americano. O novo milênio já é apresentado como mais uma era de domínio dos Estados Unidos.¹³

Impactos regionais com o final da Guerra Fria

No mundo pós-Guerra Fria, as contionalizações e os arranjos regionais são condicionados pelas possibilidades e vontades de projeção (conflitivas e cooperativas) de pivôs político-estratégicos, já constituídos ou em expansão, e de seus embates com aqueles em processo de emergência e consolidação, visando participar de um novo arranjo internacional. A expressão

desse fato ocorre na emergência de vínculos institucionais, econômicos ou culturais em grandes regiões. Dessa forma, as regionalizações não são apenas resultado de processos econômicos e uma forma de defesa comercial, mas também um instrumento fundamental para a definição da estrutura mundial de poder, tanto de ataque quanto de crítica à sua centralização.¹⁴

Com o fim da Guerra Fria, a Europa Ocidental também tem dado mostras de recuperação de uma maior margem de autonomia em relação aos Estados Unidos, a partir da consolidação da União Europeia e da institucionalização de sua moeda (euro). De fato, a União Europeia, como projeto de longo prazo, foi alterando alguns de seus objetivos ao longo das décadas após a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1980, ganhou novo ímpeto o movimento em direção à unidade, com o objetivo de frear a perda de influência no sistema mundial e combater a crise que se alastrava desde a década de 1970. Nesse sentido, a Aliança Franco-Germânica foi fundamental, pois vislumbrava, numa Europa fragmentada, a perda de poder internacional.¹⁵

Embora fosse interessante para os EUA uma reconciliação franco-alemã para dar coerência a uma aliança atlântica (frente à Rússia), não foi imaginado que essa reconciliação levasse ao surgimento de uma entidade estratégica concorrente. Entretanto, a União Europeia não tomou uma decisão final entre a integração aos Estados Unidos ou emancipação, mas seu poder econômico, suas necessidades estratégicas em relação ao Leste Europeu,

Oriente Médio, Rússia e Norte da África demonstram que a Europa, mesmo fazendo parte da Aliança Atlântica, vem desejando aumentar sua autonomia. Uma das variáveis centrais é observar a atuação da Inglaterra, que, de certa forma, garante a influência norte-americana no Velho Continente.¹⁶

A dinâmica internacional mostra que os Estados Unidos têm evitado, a todo o custo, o declínio de seu poder mundial e a ascensão de potências regionais que ameacem esse poder. Por outro lado, tem ficado cada vez mais evidente a ascensão de sistemas regionais com poder relativo, como a União Europeia. Pelo seu progressivo desenvolvimento, a China, juntamente com os países do Leste Asiático, tem construído um polo de desenvolvimento alternativo, de rápido crescimento e que questiona, inclusive, alguns valores do Ocidente. Com seus custos de reprodução e proteção extremamente baixos, se comparados aos de outros países do mundo ocidental, a China cresce rapidamente, amparada no grande volume de investimentos estrangeiros e da acumulação interna. A diáspora chinesa também contribuiu para esse desenvolvimento ao realizar uma intermediação empresarial e financeira com o restante da Ásia, por meio de relações empresariais e governamentais formais e informais. Conforme Arrighi, Ahmad e Shih: “A reincorporação da China continental nos mercados regionais e globais recolocou em jogo uma nação cuja abundância de recursos empresariais e de mão de obra e cujo potencial de crescimento ultrapassaram facilmente os de todas as outras nações atuantes na região, inclusive os Estados Unidos”.¹⁷

O sucesso econômico da Ásia tem colaborado com as forças que estão forjando entre os asiáticos uma visão de mundo mais coesa e assumindo sua defesa perante outros modelos. Com uma visão “alternativa” de direitos humanos, que engloba os direitos econômicos e sociais, os países asiáticos têm buscado evitar ingerências externas em assuntos políticos internos, reivindicando a soberania. À medida que abandonam as relações especiais com as antigas metrópoles coloniais, os países da região têm procurado uma aproximação maior com seus vizinhos. Conforme Funabashi, “a Ásia, afinal, começa a se definir. A consciência e a identidade asiáticas estão emergindo com vigor. O poder econômico e a importância política da região impressionam cada vez mais as nações do Ocidente”.¹⁸

Com o fim da Guerra Fria, o conceito de segurança regional na Ásia Oriental passou a levar em conta um conjunto de fatores bem mais complexos que no período anterior: a) uma noção mais abrangente em relação à ameaça de segurança, que incluía não apenas o perigo de agressão militar, mas também limitações impostas nos setores econômicos, tecnológico, político e cultural; b) a pluralização de fontes de ameaças, que não precisam ser apenas as potências tradicionais; c) a descentralização das fontes de poder, como consequência do fim da bipolaridade da Guerra Fria, com a dispersão de polos políticos e econômicos através da Ásia Pacífico, dificultando o controle da região por uma única potência; d) a tendência à multilateralização, com a criação de fóruns de coordenação

política e econômica; e) a ampliação da interdependência entre os países asiáticos, que tem provocado a busca da estabilidade nas relações.¹⁹

Enquanto isso, os Estados Unidos vão perdendo espaço no Pacífico, onde Japão e China ampliaram sua atuação, ocupando o vazio político deixado por Moscou com o fim da União Soviética, mas que, agora, novamente busca formas de parceria e cooperação estratégica com os países asiáticos. A China também tem participado da proposta russa de formar um eixo estratégico de inserção internacional, buscando preservar uma balança de poder entre as grandes potências, evitando a unipolaridade dos Estados Unidos e reforçando relações com potências médias em cada região. Nesse sentido, foi estruturado o *Shanghai Five*, um mecanismo de concertação entre Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão e que depois incorporou também o Uzbequistão. Dessa forma, China e Rússia têm reforçado a importância estratégica do *Shanghai Five* (transformado em 2001 em Shanghai Cooperation Organization) para a cooperação na Ásia Central e reafirmaram a importância de uma ordem internacional multipolar para a manutenção da paz.

Em perspectiva histórica, observa-se que o desgaste da hegemonia norte-americana não é um fenômeno recente. Remonta à própria erosão da bipolaridade na década de 1970, com a ascensão dos polos econômicos, quando a competitividade da economia japonesa e o crescimento econômico europeu (facilitado em função dos pequenos gastos militares, se comparados com

a URSS e os EUA), somados ao *déficit* do orçamento americano, em razão dos gastos com a guerra do Vietnã, estavam destruindo a capacidade de exportação destes. No campo político, a diplomacia triangular entre URSS, EUA e China legitimava este último como um ator de peso no conflito da Guerra Fria. Por outro lado, com a retração da hegemonia norte-americana na Ásia, que havia sido precedida da holandesa e britânica, tende a se encerrar o longo ciclo de dominação ocidental na Ásia, que havia bloqueado o desenvolvimento da economia-mundo asiática e lhe retirado recursos.

Na América Latina, no início da década de 1980 os regimes militares sofreram um grande desgaste interno e internacional, que desembocou nas redemocratizações. A crise das dívidas, que demonstrou o esgotamento do modelo de desenvolvimento e seu eminente colapso, revelava o empobrecimento das classes trabalhadoras, que não haviam sido contempladas com os milagres econômicos promovidos pelo autoritarismo. À exposição pública dos fracassos econômicos somaram-se o renascimento dos movimentos sociais e a rearticulação das oposições, que, na maioria dos casos, buscaram soluções negociadas para o retorno à democracia, evitando, assim, rupturas descontroladas.

A crítica internacional aos regimes autoritários intensificou-se quando os Estados Unidos, a partir da segunda metade da década de 1970, inauguraram uma política de diminuição dos custos (militares, diplomáticos, políticos e econômicos) das alianças com governos locais em áreas já

controladas. A política de direitos humanos, desenvolvida pelo governo Jimmy Carter, atingiu tanto países socialistas quanto os regimes militares da América Latina, antigos aliados. No governo Ronald Reagan, essa política avançou, pressionando pela redemocratização. Muitos dos antigos aliados militares e autoritários tinham um projeto de desenvolvimento próprio, considerado muito “nacionalista”, que não condizia com os rumos que a economia e a política mundial vinham tomando.

Com o enfraquecimento da sustentação interna e internacional, os regimes autoritários entraram em crise e iniciaram a transição. A crise das ditaduras e a passagem do poder para os civis foram ocorrendo em cascata, com a Argentina (1983), Uruguai (1985), Brasil (1986) e, finalmente, Paraguai (1989) e Chile (1990) retornando à democracia. O ano de 1989 foi marcado por eleições presidenciais em todos esses países, embora caracterizados por ritmos diferenciados de transição política.²⁰

Finalmente, convém lembrar um processo que, de certa forma, representa o amadurecimento político dos países da bacia do Prata. Estes países, que estavam na defensiva econômica e política no final de seus respectivos governos militares, começaram uma política de aproximação. Brasil e Argentina, desde a assinatura do acordo de Itaipu, em 1979, substituíram a antiga rivalidade pela cooperação, que ficou mais explícita com a posição do Brasil (de *solidariedade* com a Argentina) na Guerra das Malvinas e a desilusão da Argentina com a atuação dos EUA em face

do conflito. Em março de 1991, foi criado o Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.²¹ Desde 1º de janeiro de 1995, o Mercosul está funcionando, internamente, com tarifa zero para a maioria dos seus produtos. O Chile e a Bolívia ingressaram posteriormente como membros associados. Entretanto, estruturalmente, as reformas políticas vieram acompanhadas de reformas econômicas, que significavam “atualizar” a dependência do subcontinente por meio das políticas neoliberais. Essas foram preconizadas no Consenso de Washington (1989), que pregava as privatizações, a diminuição da intervenção do Estado na economia, a abertura econômica e a desregulamentação dos mercados de trabalho.²²

No continente africano, já no final da década de 1980, os sinais do fim da Guerra Fria começaram a aparecer. Depois da derrota da batalha de Cuito-Cuinavale imposta pelas tropas cubano-angolanas aos sul-africanos em 1988, os EUA e a África do Sul decidiram negociar uma pacificação com Angola, que era apoiada pela União Soviética. Os Estados Unidos propuseram a retirada cubana em troca da independência da Namíbia (que era ocupada pela África do Sul e utilizada como ponta de lança para atacar Angola). Em 1989 os cubanos se retiravam de Angola e da Etiópia e era iniciado o processo de independência da Namíbia, concluído em 1990. O fim da Guerra Fria também influenciou na queda dos regimes de partido único apoiados pelo Ocidente, enquanto ocorria a derrubada dos regimes marxistas, ou, pelo menos, a

conversão de parte de seus dirigentes ao liberalismo. Já o governo sul-africano promovia a libertação do líder negro Nelson Mandela, em 1990, e o fim do Apartheid, em 1991.

Entretanto, o fim da Guerra Fria não trouxe a solução para os conflitos e problemas africanos, pois representou para este continente a perda de importância estratégica e capacidade de barganha. Assim, a África passou a sofrer os efeitos da marginalização e desestrategização do continente por parte das grandes potências, que diminuíram a cooperação e os instrumentos de ajuda. Retirados os esteios que garantiam algum “equilíbrio” regional, ocorreu o desencadeamento de violentos conflitos, em grande parte “tribalizados”: carregados de forte conteúdo étnico, com armas menos modernas, financiamentos privados (empresas multinacionais, senhores da droga, velhas elites oligárquicas) ou governamentais nacionais e internacionais.

O fim do Apartheid na África do Sul foi um dos acontecimentos de maior impacto na África Pós-Guerra Fria. A África do Sul na década de 1980 experimentava o isolamento diplomático internacional em virtude de sua política racista de segregação interna. A crítica interna e internacional ao regime racista foi se intensificando até que, com a posse de Frederik De Klerk na presidência, em 1989, ocorreram várias mudanças no país. Em 1990, Mandela foi libertado e o CNA recuperou a legalidade. De Klerk revogou as leis raciais e iniciou o diálogo com o Congresso Nacional Africano (CNA). Em abril de 1994, Nelson Mandela (que, juntamente com De Klerk,

ganhou o prêmio Nobel da Paz em 1993) foi eleito presidente da África do Sul. A aliança do CNA, de Mandela, com o Partido Nacional (PN), de De Klerk, viabilizou o primeiro governo multirracial do país. Externamente, a África do Sul tem patrocinado uma importante inflexão, com significados regionais e internacionais. A nova diplomacia pós-Apartheid buscou construir parcerias regionais, ingressando na Organização da Unidade Africana e no Movimento dos Não-Alinhados e estabelecendo articulação em vários continentes, destacando-se China, Brasil, Cuba, Líbia, Índia, entre outros. A África do Sul está articulada com o bloco econômico da África Austral (SADC) e foi promovendo intensa cooperação econômica no continente.²³

Em 2001 foi lançado o Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (Nepad), um plano de desenvolvimento do continente africano. Esse plano tem como características o vínculo entre democracia, governabilidade e desenvolvimento econômico, uma abordagem dos problemas dos problemas do continente diferenciada do FMI e do Banco mundial, além de ter sido criado pelos próprios africanos. No campo político, em julho de 2002 foi ratificada por 53 países do continente a criação da União Africana (UA), que substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA). Com o objetivo de aumentar a integração e cooperação entre os povos africanos, este novo organismo foi dotado de um Conselho de Paz para tratar dos conflitos na região, ao mesmo tempo em que tentava propor a criação de um bloco econômico para promover o desenvolvimento dos países da região.²⁴

Dessa forma, depois de uma década de marginalização pós-Guerra Fria, assiste-se ao renascimento africano, por meio do processo de cooperação e reafirmação no sistema mundial. Embora persistam os conflitos e o subdesenvolvimento esteja longe de ser superado, verificam-se a recuperação da atividade econômica no continente e os processos de integração, bem como a busca de soluções negociadas nos conflitos, o que tem aberto muitas possibilidades para seu desenvolvimento.

Sobre o “choque de civilizações”: um sintoma da crise?

Ao perceber a alteração na posição de domínio do Ocidente e o fortalecimento de países e projetos não ocidentais, Samuel Huntington formulou a tese do choque das civilizações. Conforme essa tese, a política mundial estaria entrando numa nova fase, na qual a fonte fundamental de conflito não seria essencialmente ideológica ou essencialmente econômica, mas, sim, de ordem cultural. Os Estados continuariam a ser os agentes mais poderosos nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorreriam entre nações de diferentes civilizações. O Ocidente, que detém um extraordinário poder em relação às outras civilizações, seria levado a uma série de disputas para manter os seus ideais.²⁵

O fortalecimento da cooperação entre países na região da Ásia Central é denunciado como uma “conexão confuciano-islâmica” contra o Ocidente. Embora esta tese

possa ser refutada por diversos aspectos evidentes, Samuel Huntington reconhece, implicitamente, a ascensão de países em desenvolvimento, com projetos políticos alternativos, agrupados regionalmente, formando novos polos de poder mundial. Além disso, afirma que os valores ocidentais não devem apenas ser defendidos internacionalmente, mas reafirmados internamente, num país com grande número de imigrantes e diversidade cultural. Conforme Huntington:

O repúdio do credo e da civilização ocidental significa o fim dos Estados Unidos como nós o conhecemos. Ele também significa de fato o fim da civilização ocidental. Se os Estados Unidos forem desocidentalizados, o ocidente ficará reduzido à Europa e alguns países ultramarinos de colonização Europeia, de escassa população. Sem os Estados Unidos, o ocidente se torna uma parte minúscula e em declínio da população mundial, numa península pequena e inconsequente na extremidade da massa continental eurásiana [...] o futuro dos Estados Unidos e do Ocidente dependem de os norte-americanos reafirmarem sua dedicação à civilização ocidental. Internamente, isso implica rejeitar os divisivos cantos da sereia do multiculturalismo.²⁶

O choque entre civilizações ocidentais e não ocidentais está mais no passado que a nossa frente. O que estamos presenciando é uma mudança, com suas dificuldades implícitas, no equilíbrio de poder entre as civilizações ocidentais e não ocidentais, que assumiu o caráter de uma longa marcha e só se encerrará com o fim da dominação ocidental na Ásia. Conforme Arrighi e Silver:

Quão drástica e dolorosa será essa transformação – e se de fato ela acabará se transformando em uma comunidade, e não na destruição mútua das civilizações mundiais – é algo que depende, em última instância, de duas condições. Primeiro, depende da inteligência com que os principais centros da civilização ocidental consigam adaptar-se a uma situação menos destacada e, segundo, de os principais centros de civilização sinocêntrica reemergente poderem ou não colocar-se, coletivamente, à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia norte-americana.²⁷

Entre esses problemas certamente estão os custos sociais e ecológicos do modelo de desenvolvimento adotado e a gigantesca desigualdade entre as nações.

Além disso, na década de 1990 o mundo viu ampliar a emergência dos denominados “novos temas nas relações internacionais”, como comércio eletrônico, patentes, narcotráfico, direitos humanos, direito da integração, minorias, gênero, entre outros. Esses temas são geralmente associados ao processo de transnacionalização e ao enfraquecimento do Estado-nação, mas vão demandando das chancelarias um esforço adicional para acompanhar os novos debates e a nova situação internacional. Além disso, esses novos temas têm imposto um novo diálogo entre os governos e a sociedade civil acerca das relações internacionais, propiciando uma abertura temática, bem como forçado a discussão dos chamados “regimes internacionais” com a criação de regras e acordos.

Conclusões

Podem-se agora elencar algumas conclusões sobre o sistema internacional pós-Guerra Fria. Em primeiro lugar, as abordagens sobre as consequências da queda do muro de Berlim, o fim do “socialismo real” e o fim da Guerra Fria oscilaram entre o otimismo liberal e o pessimismo. Enquanto o otimismo liberal ressaltava a vitória do mundo ocidental e dos Estados Unidos sobre a ameaça comunista, o pessimismo demarcava os perigos e instabilidades oriundas do descongelamento da ordem mundial. Todavia, ocorreram variações nessas interpretações ao longo da década de 1990, que acompanhavam as próprias transformações do sistema internacional. Passada a euforia liberal inicial, crescentemente foram se impondo as interpretações pessimistas, que influenciaram na política externa brasileira na década de 1990.

Em segundo lugar, as fragilidades da maioria dos países do Terceiro Mundo, que apareciam como fragilidades políticas (marginalização) e econômicas (crise, dívida externa), provocaram uma bifurcação em relação aos países que se industrializavam rapidamente, como os Tigres Asiáticos. O resultado desse processo foi um relativo desengajamento, a fragmentação e desarticulação do movimento terceiro-mundista e do questionamento articulado e integrado do ordenamento mundial. Desde então, a tendência é a rearticulação de grupos de países por interesses e geometria variada.

Em terceiro, tem ocorrido uma nova rearticulação internacional, cujas bases remontam à década de 1970, mas que, efetivamente, apenas no final da década de 1990 foi instrumentalizada. Nesse sentido, a multipolaridade do sistema internacional já se manifestava antes da transição do fim da Guerra Fria. Mas foi exatamente a transformação sistêmica, com a crise e reestruturação do sistema internacional, que tem possibilitado a formação de uma nova geometria do poder mundial, sem um formato final ainda plenamente definido.

Em quarto, a possibilidade da emergência de uma nova hegemonia está ligada à capacidade de um país reconstruir a ordem internacional em novas bases, oferecendo uma saída para a era de incerteza reinante. Além disso, deve coordenar um eixo de Estados preocupados com a crise social sistêmica e com os problemas internacionais. Assim, o sistema internacional pós-Guerra Fria tem se constituído por um período de crise e transição, no qual a antiga ordem mundial bipolar vem sendo substituída por uma nova ordem, cujo contorno está em processo de redefinição. Nesse sentido, o sistema internacional que se seguiu à queda dos regimes comunistas no Leste Europeu e do fim da União Soviética é marcado por uma disputa entre a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos e a luta, por outras potências, pela construção de um mundo multipolar. Por outro lado, forças transnacionais relacionam-se nesse processo, conferindo uma transição complexa à definição do poder mundial.

After the wall: hegemony crisis and multipolarity on the international system after Cold War

Abstract

This article examines the consequences that occurred in the international system with the end of the Cold War, which has the marks the fall of the Berlin Wall (1989) and the end of the Soviet Union (1991). Based on new hegemony and multipolarity, this article considers about the condition of the post-Cold War international system. Its aim is to build up an analytical support whose purpose is the understanding of this process. It is going to descant on the international transformations that happened due to the end of the Cold War, the debate about the North American decline and the emergency of other poles of political and economic power.

Key words: Post-Cold War. Multipolarity. International system.

Notas

- ¹ Sobre o fim da URSS, ver SEGRILLO, Ângelo. *O fim da URSS e a nova Rússia*: de Gorbachev ao pós-Yeltsin. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ² HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda*: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994. p. 104.
- ³ Sobre a crise estrutural da economia mundial, ver MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982; KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993; HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, entre outros autores.
- ⁴ MARTINS, Luciano. Alca: uma pauta para discussão. *Política Externa*, São Paulo, v. 5, n. 4; v. 6, n. 1, p. 27-33, mar./ago. 1997.

- ⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 251.
- ⁶ HALLIDAY, Fred. Op. cit., p. 279.
- ⁷ Ibid, p. 233.
- ⁸ Ibid, p. 237-238.
- ⁹ KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 488.
- ¹⁰ TODD, Emmanuel. *Depois do império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 230.
- ¹¹ NYE Jr., Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002. p. 41.
- ¹² Ibid, p. 12-14.
- ¹³ PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 388.
- ¹⁴ DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades, mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 257.
- ¹⁵ GILPIN, Robert. *O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 265.
- ¹⁶ TODD, Emmanuel. Op. cit, p. 202-206.
- ¹⁷ ARRIGHI, Giovanni; AHMAD Iftikhar; SHIH, Miin-wen. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001. p. 276.
- ¹⁸ FUNABASHI, Yoichi. A asianização da Ásia. *Política Externa*, v. 2, n. 4, nov./dez. 1993. p. 15.
- ¹⁹ PINTO, Paulo Pereira. *A China e o Sudeste Asiático*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 126.
- ²⁰ Ver TRINDADE, Hégio (Org.). *América Latina: eleições e governabilidade democrática*. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 1991.
- ²¹ BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993. 2. ed., 1995.
- ²² BATISTA, P. N. O Consenso de Washigton. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa (PEDEX). Caderno, São Paulo, n. 6, 1994.
- ²³ DOPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do Apartheid: reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 41, v. 1, p. 132-160, 1998.
- ²⁴ DOPCKE, Wolfgang. O encontro estratégico: a União Africana, o plano Nepad e o novo discurso internacional. In: COELHO, Pedro Motta; MENDONÇA, Hélio Magalhães. *Relações Brasil-África: um colóquio*. Brasília: IPRI/Funag, 2002. p. 143-183.

- ²⁵ HUNTINGTON, Samuel. Choque das civilizações? *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, v. 2, n. 4, 1994.
- ²⁶ Id. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. p. 390-391.
- ²⁷ ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. Op. cit., p. 296.

Referências bibliográficas

ARRIGUI, Giovanni; SILVER, Beverly (Org.). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001.

ARRIGUI, Giovanni; AHMAD Iftikhar; SHIH, Miin-wen. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGUI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washigton. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa (PEDEX). *Caderno*, São Paulo, n. 6, 1994.

BLACKBURN, R. (Org.). *Depois da queda*. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRENER, Jayme. *Leste Europeu: a revolução democrática*. São Paulo: Atual, 1990.

DOPCKE, Wolfgang. O encontro estratégico: a União Africana, o plano Nepad e o novo discurso internacional. In: COELHO, Pedro Motta; MENDONÇA, Hélio Magalhães. *Relações Brasil-África: um colóquio*. Brasília: IPRI/Funag, 2002. p. 143-183.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades, mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUNABASHI, Yoichi. A asianização da Ásia. *Política Externa*, v. 2, n. 4, p. 15-23, nov./dez. 1993.

GILPIN, Robert. *O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1987.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. Choque das civilizações? *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, v. 2, n. 4, 1994.

_____. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINTO, Paulo. *A China e o sudeste asiático*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SEGRILLO, Ângelo. *O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TODD, Emmanuel. *Depois do império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TRINDADE, Hégio (Org.). *América Latina: eleições e governabilidade democrática*. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 1991.

VIZENTINI, Paulo. *Dez anos que abalaram o século XX: a política internacional de 1989-1999*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.